

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E SERVIÇO SOCIAL

Aline Teles Veloso Coelho

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Juliana Falcão Carino

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rafaela Vieira

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Tereza Cristina Machado Farias

Universidade Federal Fluminense (UFF)

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E SERVIÇO SOCIAL¹

Resumo: Este trabalho objetiva analisar o processo de formação profissional em Serviço Social, e tem como finalidade conhecer a realidade da educação superior brasileira e o processo de mercantilização neste nível de ensino, a partir da década de 1990, na qual, em um contexto mundial, ocorre a reformulação das políticas sociais. Desenvolve a análise a partir do levantamento dos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), relacionando-os com estudos bibliográficos que abordam as temáticas: Política Educacional e Serviço Social.

Palavras-chave: Capitalismo, educação superior, formação profissional, serviço social.

BRAZILIAN UNIVERSITY EDUCATION POLICY AND SOCIAL WORK

Abstract: This paper aims to analyse the process of professional Social Workers formation. It also aims to show the Brazilian University Education reality as well as the process of mercantilization in this level of teaching since the decade of 1990, in which, in a setorial world-wide context Social Policies reformulation took place. Such an analysis was developed from the gathering of the available data in the National Institute of Educational Researches (INEP/MEC), connecting them with bibliographical studies that enhance the themes: educational policies and Social Work.

Keywords: Capitalism, university education, professional formation, Social Work

Recebido em 13.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, ora apresentado, consiste em uma análise acerca da política educacional brasileira, em especial aquela voltada ao nível superior de ensino, e a relação da mesma com a expansão dos cursos privados de Serviço Social.

A proposta é apresentar o papel da educação superior na sociedade capitalista, os elementos centrais do processo de mercantilização da educação superior e os seus rebatimentos no processo de formação profissional em Serviço Social, na particularidade brasileira.

Segundo Shiroma *et al.* (2004) as políticas públicas de caráter social são estrategicamente importantes para o Estado capitalista. Por um lado, contribuem para ampliar os mecanismos de cooptação e controle social; por outro, mostram-se como uma resposta às lutas da classe trabalhadora. Dessa forma, as políticas educacionais expressam essa mesma contradição.

Primeiramente, problematizaremos como a educação torna-se funcional ao processo de acumulação capitalista e, logo, aos interesses da classe dominante. Em sequência, o debate exposto aborda o ensino superior no Brasil. Analisaremos de que forma e com qual finalidade se processam as reformas nesse nível de ensino a partir do regime militar, sobretudo na década de 1990. Em seguida abordaremos como o discurso ideológico de democratização de acesso ao ensino superior é apresentado no Censo da Educação Superior de 2007 (INEP/MEC, 2009).

Em um terceiro momento, apresentaremos a síntese do movimento que permitiu o surgimento desta profissão, bem como o processo de renovação que ocorre no interior da profissão, relacionando com o movimento histórico da sociedade brasileira. Logo após, indicamos o crescimento dos cursos privados da área das Ciências Humanas, particularmente os de Serviço Social, e os seus rebatimentos na qualidade da formação profissional. Finalmente, abordaremos o processo de expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil, em especial no setor privado, forte indicativo do interesse mercantil que essa área desperta nos empresários da educação.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAPITALISMO, A PARTICULARIDADE BRASILEIRA E A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL VIA SETOR PRIVADO

Neste tópico analisamos de forma sucinta a função da educação superior. Para tanto, apoiamos-nos em Frigotto (2006), que aborda a função do sistema escolar no capitalismo. Para esse autor, a classe dominante busca ajustar os requisitos educacionais ao mercado de trabalho,

reduzindo o processo educativo à produção de habilidades intelectuais e desenvolvimento de determinadas atitudes, as quais geram capacidade de trabalho e produção. Nesse sentido, a educação é vista como qualquer outro investimento e, mais do que isso, **é separada do político, do social, do filosófico e do ético, sendo definida pelos critérios do mercado (FRIGOTTO, 2006). Torna-se, dessa forma, uma mercadoria, ao passo que o aluno transforma-se em um consumidor. Há, então, a transmutação da educação como direito, em educação como um “serviço” comercial (PEREIRA, 2008).**

Segundo Pereira (2008), capital e trabalho possuem concepções distintas acerca da função social da escola. Para o capital, “a educação constitui-se como um poderoso instrumento da ideologia hegemônica, de ‘domesticação’ ao *status quo*” (PEREIRA, 2008: 47). Assim, após a Revolução Francesa, a educação teve o papel de manter o consenso, apoiada em uma concepção de mundo burguesa. Já no século XX, o acesso à escola foi ampliado, a partir das lutas da classe trabalhadora. Cabe ressaltar que esta também se constitui numa demanda do capital, devido à necessidade de formação de um homem adequado ao padrão de produção e consumo fordista.

A segunda questão deste debate se refere à lógica dominante capitalista, que exige a adequação da formação e (re)qualificação da força de trabalho. Para o desenvolvimento das novas “competências,” requeridas pela reestruturação produtiva, são necessários níveis sempre superiores de escolarização. Esta, por sua vez, é buscada por aqueles que procuram se manter ou se inserir em um mercado de trabalho cada vez mais excludente.

No contexto mundial, a educação superior acompanhou o movimento do capitalismo em seu estágio monopolista, passando de direito social a mais uma mercadoria no pós 1970. Neste processo, a política social encontrava-se subordinada à política econômica favorecendo o processo de internacionalização do capital. Com isso, ocorre a redução de investimentos nos serviços públicos, dentre eles, a educação (PEREIRA, 2008)

No Brasil, observamos que a expansão do ensino superior privado está relacionada à política em desenvolvimento do regime militar, que repassa os investimentos destinados às políticas sociais setoriais para acumulação direta do capital. A precarização do setor escolar propicia a abertura para o processo de privatização da área. Isto porque a esfera educacional, para o sistema capitalista, é importante por promover as propostas de reprodução da força de trabalho e formação de intelectuais que colaborem com a ordem do capital (LIMA, 2007).

As políticas educacionais do regime militar tinham dois objetivos principais: ampliar a oferta do ensino fundamental, garantindo, assim, força de trabalho com qualificação mínima, apta a um processo produtivo ainda pouco exigente; e criar as condições para a formação de recursos humanos qualificados, através da expansão do ensino superior, de modo a favorecer o processo de modernização conservadora² do país. Assim sendo, houve a proliferação de universidades federais em vários estados, mas, além disso, cresceram também, de forma indiscriminada, as instituições de ensino superior (IES) privadas, sem nenhum controle governamental (SHIROMA *et al.*, 2004).

Lima (2007), ao analisar a política educacional voltada para o ensino superior nos governos Cardoso e Lula, afirma que houve uma adequação deste nível de ensino a fim de atender às necessidades do modo de produção capitalista em seu estágio atual. O processo de expansão do setor privado – em curso desde o regime militar - promove um novo sentido a este nível educacional e às políticas sociais de uma forma ampla, dando abertura à exploração dos empresários nesta área.

Neste sentido, observamos que a mercantilização da educação superior brasileira é marcada pela necessidade de inserção dos países periféricos na economia mundial através da privatização interna das universidades públicas e da abertura para a criação de novas

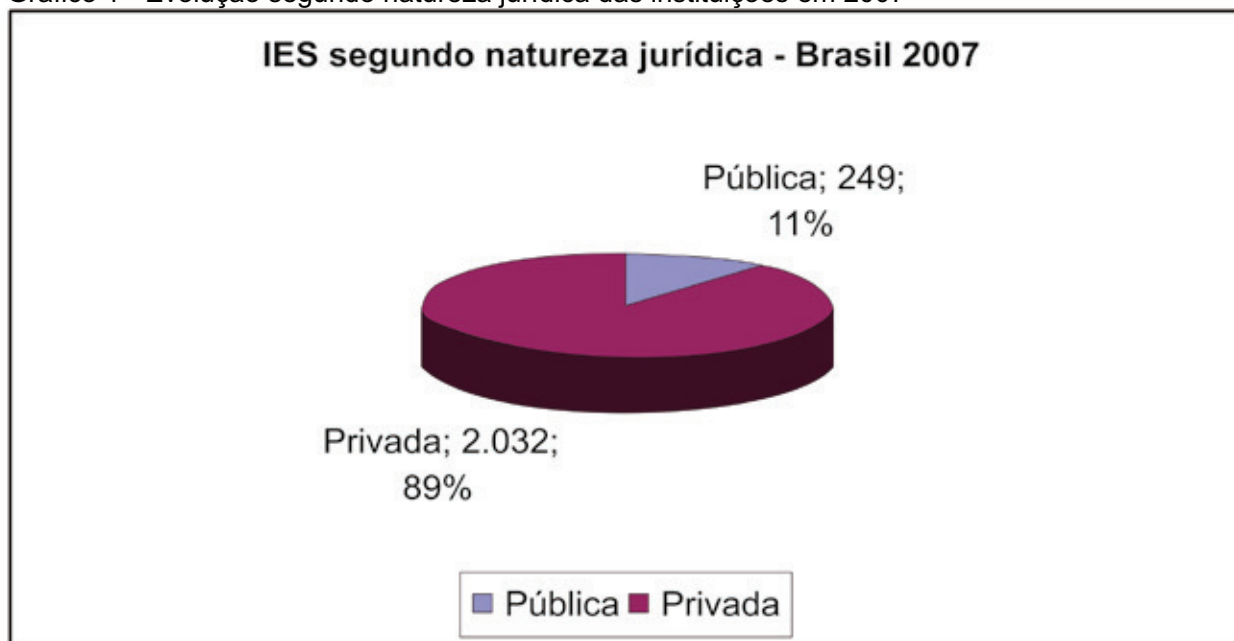
mercantilizados (Lima, 2007).

Na década de 1990 ocorre o período da implantação da política neoliberal, propiciando assim a intensificação na privatização das políticas setoriais, seja através do fortalecimento do setor privado, seja através da precarização do setor público. Todo este processo iniciou no governo Collor, aprofundou-se nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e teve continuidade no governo Lula da Silva (2003-2010), promovendo uma reformulação da educação superior no país, rumo à mercantilização deste nível de ensino. (LIMA, 2007).

A aceleração da mercantilização do ensino superior no país foi, contudo, desde Cardoso, defendida com base no discurso ideopolítico da “Terceira-via” pela “democratização do acesso” ao ensino superior. Entretanto, a forma de “democratização” tem ocorrido, nos governos Cardoso e Lula, através do fortalecimento do setor privado de ensino (LIMA, 2007).

O Censo da Educação Superior de 2007 (INEP/MEC, 2009) permite visualizar a permanência da política de expansão do ensino superior através do setor privado. O Censo contou com a participação de 2.281 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 89% de natureza jurídica privada e 11%, pública. O número de IES privada é alarmante, mostrando como a política de educação superior permanece fortalecendo a lógica mercantil.

Gráfico 1 - Evolução segundo natureza jurídica das instituições em 2007



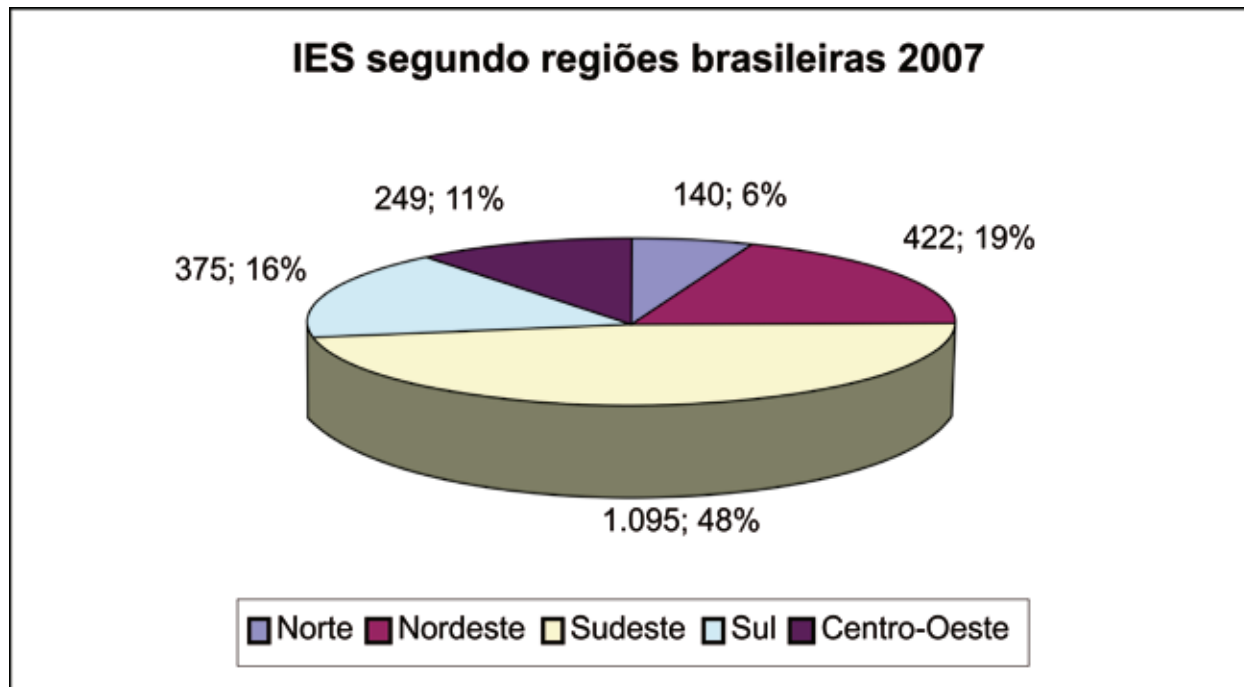
Fonte: gráfico organizado pelas autoras com base nos dados do INEP/MEC (2009).

instituições de ensino superior (IES) privadas como um elemento ideológico constitutivo do projeto neoliberal, que reduz a responsabilidade do Estado no que diz respeito às políticas sociais e possibilita a criação de novos espaços

Observamos no gráfico abaixo (Gráfico 2) que, no ano de 2007, num universo total de 2.281 IES, 1.095 encontram-se localizadas na região sudeste, isto é, 48%. Este dado é significativo comparado com as demais regiões

do país e pode ser explicado pela presença majoritária de empresas nesta região e maior renda da população, o que atrai o setor privado educacional na abertura de novas IES.

Gráfico 2 - Instituições de Ensino Superior segundo regiões do Brasil em 2007 (2009).



Fonte: gráfico organizado pelas autoras com base nos dados do INEP/MEC

Conforme é possível observar, a expansão das IES ocorre via setor privado, localizadas majoritariamente na região sudeste. Este processo também impacta a formação dos assistentes sociais no país.

O objetivo da pesquisa em curso foca a formação profissional em Serviço Social, relacionada ao processo de aprofundamento da privatização do ensino superior no país. Cabe destacar que o Serviço Social, criado a partir dos anos 1930, foi uma das profissões necessárias ao desenvolvimento capitalista no país, contribuindo com o aumento da produtividade social do trabalhador e promovendo a “harmonia social”³. Assim, estes profissionais foram requisitados a executar e implementar políticas sociais em diversas áreas.

Pereira (2008) aborda o processo de crescimento do setor privado na abertura de

novos cursos de Serviço Social. Esta autora mostra que, a partir de 1964, os empresários da educação superior interessaram-se pela abertura de cursos de Serviço Social, criando neste período 61,3% dos cursos de Serviço Social e provocando a diminuição da participação estatal (22,6%) e das instituições confessionais (16,1%).

É importante destacar que os cursos superiores abertos em IES privada geralmente pertencem ao campo das Ciências Humanas, isto porque exigem menos recursos, proporcionando maiores ganhos aos empresários do ensino. Neste contexto, o curso de Serviço Social, sendo menos custoso, promove maior lucratividade ao empresariado.

Pereira (2008) demonstrou o abrupto crescimento dos cursos de Serviço Social no país, criados, majoritariamente, a partir de 1995 em IES privadas e não-universitárias até 2002. Porém, ao analisarmos o quantitativo de cursos de Serviço Social criados entre 2003 e 2009, constatamos que esse processo permanece em ascensão.

A partir do gráfico acima, constatamos que os cursos de Serviço Social criados de 2003 até 2009 perfazem um total de 210, sendo que 191 (91%) são de natureza privada e somente 19 (9%) de natureza pública.

Tabela 1 - Cursos de Serviço Social distribuídos segundo período de autorização e natureza jurídica

Período	Privado	%	Público	%	Total
1930-1994	47	63,5	27	36,5	74
1995-2002	45	90,0	05	10,0	50
2003-2009	191	91,0	19	9,0	210

Fonte: tabela organizada por Pereira (2009).

Esses dados confirmam o alarmante processo de expansão e mercantilização dos cursos de Serviço Social no Brasil. Cabe ressaltar que este faz parte de um processo muito mais amplo, englobando a educação superior brasileira como um todo, através do notório incentivo do Estado à expansão do setor privado, conforme abordado.

3 CONCLUSÃO

Estas breves reflexões demonstram o processo de privatização na política educacional em seu nível superior, principalmente a partir da reformulação da educação em curso, implementada historicamente em nosso país.

Vale destacar que o processo de mercantilização do ensino superior provocou modificações na rotina de trabalho docente, intensificando-o, e este fator influenciou na qualidade e nas condições de formação profissional, principalmente quando nos reportamos para o âmbito das IES privadas, sendo estas isentas dos procedimentos de aprendizagem que articulam o ensino, pesquisa e extensão.

Daí a relevância e atualidade de analisarmos o processo de mercantilização do ensino superior, que cada vez afirma que a educação superior é um “produto”, e, portanto, vendável aos consumidores, descaracterizando totalmente esta política setorial que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é concebida como um direito⁴.

Em síntese, o papel fundamental da educação superior no capitalismo é propiciar a formação de intelectuais colaboracionistas e acrílicos à ordem do capital, para a disseminação ideológica do capital, além de ser mais um campo de exploração que, por sua vez, contribui para o processo de acumulação capitalista. Neste sentido, é fundamental a pesquisa sobre a formação profissional dos assistentes sociais, articulada à análise da política educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. ; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez: CELATS, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS **Cadastro**

Nacional de Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.educaçãosuperior.inep.gov.br/>> Acesso em Abr. de 2009.

_____. **Censo da Educação Superior de 2007**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf> Acesso em: Abr. 2009.

LIMA, K. R. de S. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. PEREIRA, L. D. **Impactos da contra-reforma da educação superior na formação profissional em Serviço Social**. Trabalho apresentado à IV Jornada Internacional de Políticas Públicas – Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, a realizar-se de 25 a 28 de agosto de 2009, na Universidade Federal do Maranhão, São Luis – MA. Niterói, ESS/UFF, 2009 (no prelo).

_____. **Ensino Superior e Serviço Social**: uma análise da direção social e das condições da formação profissional no estado do Rio de Janeiro. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Escola de Serviço Social, 2007. (Projeto de Pesquisa).

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NOTAS

1. Trabalho apresentado na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas – Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, realizada de 25 a 28 de agosto de 2009, na Universidade Federal do Maranhão, São Luis – MA. O trabalho compôs a mesa coordenada Reformulação da educação superior brasileira: impasses e desafios para a formação profissional em Serviço Social, e é fruto do GEPES - Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação Superior, vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, ao Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre trabalho e Educação- NEDATTE- do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF e aos órgãos de apoio à pesquisa – CNPq e FAPERJ, é parte constitutiva da linha de pesquisa “Mercantilização do Ensino Superior e Serviço Social” realizado ao longo de 2008 e 2009/01.
2. Sobre o processo de modernização conservadora no Brasil, desencadeado a partir do golpe militar de 1964, cf. Netto (1996).

3. Sobre a história do Serviço Social no país, cf. Iamamoto e Carvalho (2007).
4. A Constituição Federal de 1988, no Capítulo III - da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I – Educação aborda a questão da gratuidade, bem como, do acesso ao nível superior, sendo estes dever do Estado: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; [...]”.

Aline Teles Veloso Coelho

Graduanda em Serviço Social Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Iniciação Científica (UFF)

E-mail: alinetveloso@ig.com.br

Juliana Falcão Carino

Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Iniciação Científica

E-mail: julianafcarino@hotmail.com

Rafaela Vieira

Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Iniciação Científica

E-mail: haphynah@hotmail.com

Tereza Cristina M. Farias

Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Iniciação Científica

E-mail: tetecris4@hotmail.com

Universidade Federal Fluminense – UFF

Rua Miguel de Frias, 9, Icaraí, Niterói, RJ
CEP: 24220-900